



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UEAD
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA INGLESA A DISTÂNCIA**



LÍGIA NATÁLIA DA SILVA BRITO RÊGO

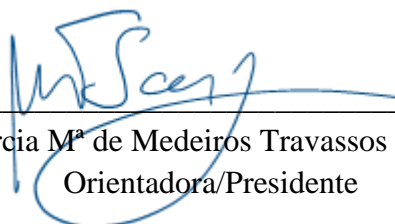
**DESAFIOS DA DOCÊNCIA DE LÍNGUA INGLESA NA UNIDADE
PRISIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**MAMANGUAPE/PB
2021**

LÍGIA NATÁLIA DA SILVA BRITO RÊGO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA DE LÍNGUA INGLESA NA UNIDADE PRISIONAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Inglês da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras - Inglês, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:



Profª Drª Márcia Mª de Medeiros Travassos Saeger – UFPB
Orientadora/Presidente



Profª Drª Juliene Paiva de Araújo Osias – UFPB
Membro da Banca Examinadora



Profª Drª Nívea Marcela Marques do Nascimento Macêdo – UFPB
Membro da Banca Examinadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UEaD
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA INGLESA A DISTÂNCIA**



**DESAFIOS DA DOCÊNCIA DE LÍNGUA INGLESA NA UNIDADE PRISIONAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Lígia Natália da Silva Brito Rêgo – UFPB – natalialetrasinglesufpb@gmail.com
Profª Drª Márcia Mª de Medeiros Travassos Saeger – UFPB – marciatsaeger@yahoo.com.br
Profª Drª Juliene Paiva de Araújo Osias – UFPB – julieneosias@gmail.com
Profª Drª Nívea Marcela Marques do Nascimento Macêdo – UFPB –
niveamarcelam@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar os desafios da docência de língua inglesa para pessoas privadas de liberdade, a partir de um relato de experiência na unidade prisional do município de São João do Cariri, na Paraíba. A pesquisa é classificada como exploratória, descritiva e de natureza qualitativa. A experiência na unidade prisional evidenciou que a maior dificuldade para lecionar língua inglesa na instituição reside na baixa percepção, por parte dos alunos, sobre a importância de aprender uma outra língua, ficando desmotivados para estudar algo que eles julgam não ser tão importante. Além disso, as condições estruturais da instituição também se mostram pouco adequadas para a ministração das aulas, devido à ausência de um espaço apropriado para o ensino, o que leva muitos discentes a não comparecerem às aulas todos os dias. A escassez de materiais e a limitação de recursos para utilizar nas aulas, devido às restrições próprias do ambiente prisional também representam desafios ao ensino da língua inglesa, exigindo uma maior adaptação das aulas a partir dos recursos existentes.

Palavras-chave: Ensino de língua inglesa. Pessoas privadas de liberdade. Humanização.

ABSTRACT

This study aimed to present the challenges of teaching English to people deprived of liberty, based on an experience report in the prison unit of São João do Cariri, Paraíba state. The research is classified as exploratory, descriptive and qualitative in nature. The experience in the prison unit showed that the greatest difficulty in teaching English at the institution resides in the low perception, on the part of students, about the importance of learning another language, becoming unmotivated to study something they believe is not so important. In addition, the structural conditions of the institution are also unsuitable for the delivery of classes, due to the lack of an appropriate space for teaching, which leads many students not to attend classes every day. The scarcity of materials and limited resources to use in classes, due to the restrictions inherent in the prison environment, also represent challenges to the teaching of the English language, requiring a greater adaptation of the classes based on the existing resources.

Keywords: English language teaching. People deprived of liberty. Humanization.

1 INTRODUÇÃO

Aos privados de liberdade, como a qualquer outro cidadão, é previsto na declaração universal dos direitos humanos, no artigo 26, o direito à educação, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Segundo Batista (2015, p. 20), “pouco se escreve sobre educação no cárcere e, para muitos, nunca se ouviu falar que havia escolas em prisões”, ao se pesquisar trabalhos com esse tema, mais se encontra sobre a Educação de Jovens em Adultos (EJA) e menos ainda sobre trabalhos voltados para a docência de Língua Inglesa.

Pensar na educação como principal instrumento de ressocialização de pessoas que cometeram algum delito e agora estão cumprindo penas em prisões que têm como base apenas a punição torna-se ainda mais relevante, ao passo que, pode-se frisar que essas pessoas privadas de liberdade, em algum momento, irão voltar ao convívio em sociedade e é fundamental buscar que elas não voltem a cometer crimes.

De acordo com Bernardo (2017), sabe-se que a educação regular ainda não conseguiu superar os estigmas que assolam a nossa educação brasileira, assim sendo, a educação em unidades prisionais se torna um desafio ainda maior, pelos atores envolvidos e também pela adequação dos espaços para receberem aulas.

Segundo Onofre e Julião (2013), discutir políticas de inclusão em espaços de privação de liberdade nos leva a problematizar questões invisíveis no paradigma da segurança, característico desse espaço. Vendo do ponto de vista dos direitos humanos, a educação em si concebe um grupo de métodos e competências que viabilizam a implementação políticas públicas de inclusão social, cultural e econômica das pessoas privadas de liberdade (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

O ambiente das prisões brasileiras geralmente retrata uma natureza punitiva e de repressão, com celas úmidas, escuras e fatalmente lotadas, evidenciando um ambiente de desumanidade, o que acaba por contribuir para tornar as instituições mais condenatórias do que preventivas ou recuperativas. Tudo isto propicia a repressão, as ameaças, a desumanidade, a falta de privacidade, a depressão, o que representa um entrave ao desenvolvimento social destes sujeitos (ONOFRE; JULIÃO, 2013). Andrade et al. (2015, p. 13, destaque dos autores) argumentam que:

[...] as instituições penitenciárias têm a função de executar um conjunto de atividades que visem à reabilitação do apenado, criando condições para seu retorno ao convívio social. Estas atividades devem promover o “tratamento” penal

com base nas “assistências” material, à saúde, jurídica, educacional, psicológica, social, religiosa, ao trabalho e à profissionalização. Para isto, os estabelecimentos penais devem ser dotados de estrutura física e humana.

Conforme Silva (2021, p. 34561), “a educação é um dos meios de promoção à integração social e à aquisição de informações que possibilitem aos apenados assegurar um futuro melhor quando em liberdade, especialmente as atividades de educação profissional e os conhecimentos sobre oportunidades de emprego”. Assim, a plena formação do discente, ocorrendo esta em instituições de ensino ou em prisões, é imprescindível ao gozo da cidadania e também, ao bom preparo para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, promover a educação dentro do sistema carcerário garante o cumprimento da lei no que diz respeito ao direito não só educacional, como ao trabalho e profissionalização, qualificando os apenados através do ensino. Pode-se ainda destacar o cunho social do processo de ensino-aprendizagem, visto que eles têm acesso a informações importantes para a sua vida como cidadãos.

Nesse contexto, segundo o portal G1 Paraíba (2020), um total de 764 reeducandos do sistema penitenciário da Paraíba estão inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL). De acordo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), o número de inscritos cresceu 8,64% em comparação ao ano de 2019. Ainda segundo a SEAP (2020), entre as cadeias públicas, a de São João do Cariri teve 100% dos privados de liberdade inscritos para a realização da prova.

Destaca-se também que pelo menos 19 reeducandos foram selecionados no Sistema de Seleção Unificado (SiSU) para cursos de nível superior em instituições públicas de ensino, sendo este o resultado mais expressivo entre todas as edições já realizadas (G1 PARAÍBA, 2021).

Considerando que a educação é uma importante ferramenta de ressocialização, estes resultados mostram a possibilidade de mudança na vida de pessoas privadas de liberdade e até mesmo a oportunidade de acesso ao ensino superior, para que eles possam voltar à vida em sociedade, estando aptos a desempenharem uma profissão e, principalmente, que eles possam ter melhores oportunidades, ao cumprirem suas penas e não voltem a cometer outros delitos.

A educação sempre reserva muitos desafios, e no processo de ensino-aprendizagem dentro de uma unidade prisional não é diferente. Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de apresentar os desafios da docência de Língua Inglesa para pessoas privadas de liberdade, a partir de um relato de experiência na unidade prisional do município de São João do Cariri.

A justificativa deste estudo se dá pela importância de se identificar quais as maiores dificuldades encontradas pelo docente de Língua Inglesa, notadamente os que atuam em unidades prisionais, de modo que elas possam ser mapeadas, estudadas e superadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO BRASIL: CONTEXTO E DESAFIOS

O processo de ensino-aprendizagem em prisões se apresenta a partir de algumas particularidades, já que as circunstâncias em espaços de privação de liberdade são diferenciadas, quando comparadas a instituições regulares de ensino (ONOFRE; JULIÃO, 2013). No ambiente prisional, a educação deve produzir mudanças significativas no plano social, não só para aumentar os valores morais, mas também para promover o conhecimento, conectando-o com o mundo do trabalho e da prática social (BATISTA, 2015).

Nesse contexto, o primeiro marco da educação em prisões aconteceu em 2005, quando foi lançado o Projeto Educando para Liberdade, criado com o apoio dos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e da Justiça, com o auxílio da Unesco e recursos financeiros do governo japonês. O objetivo principal era se discutir melhoria para a classe dentro da educação, como sua reabilitação pela socialização (BERNARDO, 2017).

Durante o ano de 2005, várias formações ocorreram e diversos estados participaram de oficinas e seminários em Brasília, submetendo projetos ao MEC. Com o sucesso dos primeiros eventos e interesses dos gestores e coordenadores que fazem a educação em prisões, aconteceu o I Seminário de Educação em Prisões, em junho de 2006, em Brasília. Então, no ano seguinte, aconteceu o segundo seminário, contando com a participação de seis Estados, dando maior visibilidade para a extensão das ideias expostas nos seminários, além de contar com o apoio financeiro para a iniciação de projetos de ressocialização (BERNARDO, 2017).

É válido ressaltar que essa iniciativa é apoiada por várias entidades, a exemplo da Rede Latino Americana de Educação em Prisões (RedLECE), que foi criada em Belo Horizonte. Essa rede inclui em seu contexto a discussão do tema educação em espaços prisionais, dando maior ênfase à temática. A função da RedLECE seria fomentar, questionar e impulsionar outras áreas quanto à temática - poder público. Vale frisar que o Ministério da Educação realizou diversas ações significativas no âmbito da educação. Nesse sentido, segundo Ireland (2011, p. 19),

no âmbito do Ministério da Educação, destacam-se as ações de alfabetização desenvolvidas com o apoio do Programa Brasil Alfabetizado, a oferta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), importante filtro para acessar o ensino superior, a oferta do Exame Nacional de Certificação de Educação de Jovens e Adultos (ENCEJA), a inclusão no Plano de Ações Articuladas (PAR) vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de ações específicas de apoio à educação em prisões, entre outras.

Todas essas ações fizeram com que a vida dos sujeitos privados de liberdade tenha uma mudança de realidade e muitas conquistas já foram alcançadas por esses indivíduos, a exemplo da participação no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEMPPL) e no ENCEJA. Atualmente, existem vários projetos de ressocialização que não só têm o propósito de integrá-los à sociedade, como também de trazer uma renda às suas famílias, fazendo com que eles se sintam cidadãos e parte da sociedade, o que é de significativa importância, uma vez que, por meio dessas ações, é possível mostrar que existem outros caminhos.

Nesse sentido, a prática docente nas unidades prisionais, se põe como um desafio aos profissionais, pois os professores precisam manter vivo o interesse dos educandos, estimulando-os a participar das aulas e motivando-os a buscar a melhoria de sua realidade por meio da educação, apesar das peculiaridades que marcam este cenário.

A prática pedagógica é de fato indispensável, pois é nela que é fundamentado o que será aprendido durante o ano letivo, sendo preciso, antes de tudo, sondar até onde sabe esse aluno e, a partir daí, demonstrar quais os novos conhecimentos que ele pode obter. As atividades propostas devem contemplar as possibilidades da realidade vivida, fazendo com que o aluno demonstre interesse em participar dessas atividades, levando em consideração que aquelas que são abordadas de forma lúdica e prática contribuem em maior intensidade para a aprendizagem (BERNARDO, 2017).

A partir destes momentos vivenciados diariamente, é possível perceber a socialização acontecendo, entrelaçada à educação de forma espontânea, gerando um desafio além das celas. A educação é capaz de promover o resgate daqueles sujeitos que, para eles próprios e para a sociedade, estão desacreditados, sem esperança e sem expectativas de melhoria de vida. Nesse sentido, Freire (1987, p. 29), argumenta:

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e ação se impõe, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem.

A educação pode fazer com que os alunos se apropriem do pensamento acima, e, nesse sentido, os privados de liberdade precisam se reconhecer e acreditar que são cidadãos e que fazem parte da sociedade, que podem “ser mais”, usando a educação como uma ponte para isso. Como consequência, a ressocialização destes sujeitos e os novos conhecimentos adquiridos se constituem como algo que não é mais perdido ou roubado de si.

Observa-se também que o sujeito do cárcere não é o mesmo sujeito do mundo lá fora, nota-se uma perda da sua identidade natural, sendo isso um modo de defesa e de boa convivência no sistema (ANDRADE ET AL., 2015). Assim, o docente que não se atenta a esse contexto que marca o ensino para pessoas privadas de liberdade pode não obter o sucesso que espera na sua prática de ensino.

Quando se fala em ressocialização, são criadas formas de reafirmar o direito de ser do sujeito privado de liberdade, trazendo esperança para um futuro melhor, que talvez no mundo da liberdade não tenham tido a oportunidade e essa ressocialização vem ancorada à educação, sendo o meio emancipatório e somente ela poderá fazer com que esse indivíduo supere os processos discriminatórios vividos pela sociedade (SILVA, 2017).

Sendo assim, é essencial que as unidades prisionais invistam na ressocialização dos sujeitos privados de liberdade, de modo que, através da educação, eles sejam capazes de encontrarem novas oportunidades de reinserção na sociedade, desenvolvimento pessoal e profissional, sem que incorram novamente nos erros que os levaram a estas instituições. Aprender uma língua estrangeira facilita muito o processo educacional dos alunos, coloca-os em um ambiente mais amplo e permite que entendam as expressões culturais de outras nações (BATISTA, 2015).

2.2 EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA

De 2011 a 2013, a Educação Penitenciária do Estado da Paraíba passou por um processo de mudança e implantou atividades de ensino voltadas para a integração dos reeducadores à sociedade (AQUINO, 2014).

O Governo do Estado da Paraíba cooperou com a antiga Secretaria do Interior e Justiça, atualmente, Secretaria de Administração Penitenciária, por meio do Ministério da Educação, desenvolvendo ações educativas para a população carcerária há mais de duas décadas. Foram ações desenvolvidas na unidade prisional de Roger, inicialmente como uma organização especial de educação complementar, pois na penitenciária foram oferecidas aulas no formato presencial e assistência individualizada (AQUINO, 2014).

Aquino (2014) relata ainda que um grande marco para a implementação de mudanças no processo de ensino-aprendizagem para a população carcerária, no Estado da Paraíba, foi o 1º Encontro de Educação em Prisões, que ocorreu em novembro de 2011, em que houve um mapeamento do nível de ensino em que se encontravam as pessoas privadas de liberdade, sendo possível verificar a quantidade de matriculados por unidade prisional, como também, verificar a infraestrutura necessária para que essas aulas funcionem.

Em 2013, tendo em vista que a equipe do Programa Educação em Prisões estava mais experiente e com novas atribuições, foram estabelecidas 35 novas salas de aula na Unidade Prisional, sendo umas destas a unidade de São João do Cariri (AQUINO, 2014).

Atualmente, segundo o site do Governo do Estado da Paraíba, está em fase de conclusão o Plano Estadual de Educação em Prisões 2020-2024, documento este que é consequência de várias reuniões entre equipes da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária que estão fazendo a elaboração em conjunto.

2.2.1 História e projetos da unidade prisional de São João do Cariri/PB

A unidade prisional do município de São João do Cariri está localizada na região do Cariri paraibano, sendo pertencente à Escola Estadual de Ensino Fundamental Severino Medeiros Ramos, antes pertencente à Escola Cidadã Integral Técnica Estadual Jornalista José Leal Ramos. A transferência se deu devido ao modelo de educação instituído na escola, a partir de 2019, o Modelo Escola Cidadã Integral (ECI), que não abrange o ensino prisional, ficando este último com escolas de Ensino Regular.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Severino Medeiros Ramos está localizada na Zona Rural de São João do Cariri, na comunidade conhecida como Malhada da Roça, e oferece o Ensino Fundamental - Anos Finais no horário da tarde e também oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no horário da noite. A instituição conta também com a unidade prisional que funciona na cadeia pública de São João do Cariri, no centro da cidade.

Segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2021,

A oferta da EJA na Educação em Prisões está dividida em ciclos, de forma idêntica à EJA presencial. Porém, devido ao contexto das unidades prisionais, segue com a complementação de carga horária mediante abordagem de estudos

complementares, desenvolvidos por meio de projetos pedagógicos no contexto dos quatro pilares da educação promulgado pela UNESCO.

A figura 1 apresenta a estrutura dos cursos presenciais da EJA na citada escola.

Figura 1 - Estrutura dos cursos presenciais da EJA

Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
Idade Mínima: 15 anos		Idade Mínima: 16 anos		Idade Mínima: 18 anos	
Ciclo I	1º ano	Ciclo III	6º ano	Ciclo V	1ª série
	2º ano		7º ano		2ª série
	3º ano	Ciclo IV	8º ano	Ciclo VI	3ª série Aprofundamento do Ciclo V
Ciclo II	4º ano		9º ano		
	5º ano				

Fonte: Diretrizes Operacionais das escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2021.

Dentro da unidade prisional, o horário de funcionamento do ensino segue o padrão da modalidade supletiva de Educação de Jovens e Adultos, mas com o horário das aulas diferenciado, devido à particularidade deste tipo de ensino. Nesse sentido, os discentes têm um tempo máximo de permanência em sala de aula de três horas de aula por dia, durante quatro dias por semana.

O corpo docente da unidade é composto por seis professores do sexo masculino e cinco do sexo feminino, distribuídos dentre as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Biologia, Física, Química, Geografia, História, Língua Inglesa, Artes e Educação Física.

São trabalhados vários projetos dentro da unidade prisional, a exemplo do projeto “Esperança viva”, que foi criado pelo atual diretor da instituição, com a ajuda e apoio dos docentes, em razão da desmotivação dos detentos.

Desse modo, foi criada uma oficina de artesãos, trabalhando arte em madeira, como pode ser visto na figura 2, com o intuito de ressocialização dos sujeitos participantes do projeto.

Figura 2 – Peças produzidas no projeto Esperança Viva



Fonte: Queiroz (2021).

O projeto Esperança Viva é um projeto piloto, que servirá como modelo para as outras penitenciárias paraibanas, e algumas já estão em fase de implantação. Acontece uma feira tradicional todos os anos na cidade de São João do Cariri para mostrar os trabalhos que estão sendo realizados para a população local e as peças também são comercializadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa acadêmica é “uma atividade pedagógica que visa despertar o espírito de busca intelectual autônoma. É necessário aprender as formas de problematizar necessidades, de solucionar problemas e indicar respostas adequadas” (CORDEIRO; MOLINA; DIAS, 2014, p. 122). Para Gil (2008), a pesquisa pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Para o referido autor, a principal meta de um trabalho científico é encontrar soluções para dilemas, através da utilização de metodologias científicas.

Nesse sentido, essa pesquisa é de cunho exploratório, que, segundo Gil (2008, p. 41), “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. A pesquisa é classificada ainda como uma pesquisa descritiva, cuja finalidade é a descrição de fatos observados acerca de um objeto estudado.

Segundo Gil (2008, p. 42), “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”, ou seja, são os estudos que mais tratam de problemas sociais, buscando analisar cenários e chegar a resultados satisfatórios para que se tenha soluções realmente aplicáveis.

Esta pesquisa abrange ainda uma investigação bibliográfica e documental, para a sua fundamentação, além de apresentar um relato de experiência, caracterizando-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa.

A ideia de abordar esta temática nasceu da experiência da autora de trabalhar na Educação de Jovens e Adultos tradicional, dentro de uma instituição de ensino, e no sistema carcerário. Assim, será relatada a experiência da autora como professora de Língua Inglesa da unidade prisional de São João do Cariri, destacando o dia a dia da docência em uma unidade prisional, os principais desafios encontrados, as impressões com relação às aulas, o comportamento e frequência dos alunos, bem como outras situações encontradas naquele ambiente, descrevendo assim, como esse trabalho acontece.

4 DESAFIOS DA DOCÊNCIA DE LÍNGUA INGLESA NA UNIDADE PRISIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Quanto às aulas na unidade de São João do Cariri, como não há um espaço ou sala específica para que estas ocorram, as aulas são ministradas no corredor da cadeia, havendo uma adaptação do espaço, sendo colocado um quadro branco para que os professores possam utilizá-lo. As cadeiras que são utilizadas por alunos e professores, durante o tempo de aula, são colocadas pelos próprios educandos no começo de cada aula e retiradas após o final.

As aulas de Língua Inglesa ocorrem dois dias por semana, na segunda-feira e na terça-feira, das 13:00 às 15:00, levando-se em consideração quando as atividades estão ocorrendo de forma presencial. Há 10 reeducandos matriculados na unidade prisional, mas a frequência em sala de aula varia bastante no decorrer do ano letivo, pois alguns presos são transferidos, mudam de regime ou cumprem a sua pena, outros desistem, o que quer dizer que o número de alunos no início do ano, nem sempre é o mesmo ao final e ainda há aqueles que costumam ser infrequentes, variando assim bastante o número de alunos que se fazem presentes em cada aula.

Quanto ao material didático, os livros utilizados são os mesmos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que tem uma estruturação diferente dos livros do ensino regular, contendo todas as disciplinas em um único volume. É importante ressaltar que cada livro é subdividido por ciclos, sendo cada livro corresponde a dois ciclos. Durante as atividades presenciais, também eram disponibilizados para os discentes livros para leitura com o objetivo de aprendizagem e entretenimento, pois eles passam muito tempo ocioso e, segundo relatos deles próprios, a leitura serve como distração para eles, sendo um hábito que pode acabar mudando a vida deles e os despertando para o hábito da leitura.

Com a suspensão das atividades presenciais, devido à pandemia da COVID-19, os professores perderam o contato direto com os estudantes e, conseqüentemente, eles também perderam o acesso a estes livros. Pensando no fato de os educandos não perderem o contato com a leitura, durante a suspensão das aulas presenciais, os próprios docentes da unidade prisional idealizaram um projeto de leitura chamado “biblioteca móvel”.

O projeto consiste em adaptar um carro com rodinhas, para que ele possa circular entre as celas, carregado com livros para serem distribuídos a cada preso matriculado na educação prisional. Toda semana é designado um professor líder, dentre aqueles que lecionam na unidade, ficando este responsável por entregar as atividades pedagógicas impressas, que estão sendo entregues devido à suspensão das aulas presenciais, e junto dessas atividades, são entregues os livros de leitura para os reeducandos, que devem fazer a leitura e, ao terminarem, devem produzir um relatório sobre seu entendimento acerca da obra. Assim, além da leitura, também é trabalhado com o aluno a interpretação de textos.

Ainda no que diz respeito aos recursos didáticos, em se tratando de materiais pedagógicos digitais, caso o docente queira fazer uso de materiais como DataShow, TV, notebook, entre outros, é necessário que faça uma reserva com antecedência junto à gestão da escola, pois a instituição possui poucos equipamentos digitais para uma demanda diária alta, uma vez que conta com um número maior de professores do que de recursos digitais.

No que diz respeito à variação de modelo de aula, caso o educador deseje fazer uma aula lúdica, dada a sua importância para o estímulo à participação dos educandos (BERNARDO, 2017), é permitida a utilização apenas de materiais que não sejam pontiagudos ou cortantes, pois estes equipamentos poderiam ser escondidos por algum preso e levados para a cela. Por esta razão, mesmo os materiais que não são pontiagudos ou cortantes, só podem ser usados com supervisão dos profissionais da segurança que trabalham na cadeia, para garantir que estes sejam recolhidos ao fim da aula. Isto corrobora com o que defendem Onofre e Julião (2013), quando destacam as particularidades que marcam o ensino prisional.

É importante frisar que cada três dias de aulas que o discente comparece equivalem a um dia de remissão na sua pena. Os alunos que são matriculados no ensino carcerário precisam ter bom comportamento e também ter boa convivência com os outros apenados, até para preservar a segurança de professores, para que não tenham contato com presos perigosos e/ou violentos. Nota-se que são alunos que se interessam tanto pelo aprendizado como pela redução de pena, estes últimos são aqueles que têm uma maior frequência, pois sabem que ao final do ano letivo terão alguns dias de redução em sua pena.

O fato de ser mulher e estar em um ambiente de pessoas em privação de liberdade do sexo masculino me deixa sempre apreensiva, principalmente no primeiro contato com os presos. Entretanto, o comportamento dos reeducandos tem sido sempre de muito respeito, não tendo surgido nenhuma situação que fugisse da relação de professora e alunos. É perceptível também que tratá-los com respeito e mostrar que o objetivo é de ensiná-los e compartilhar conhecimentos, deixando claro a importância que o ensino pode ter na vida deles fora da prisão, tem ajudado a manter o domínio dentro da sala de aula e, principalmente, o respeito por parte deles.

Com relação especificamente às aulas de inglês, os recursos digitais fazem muita falta para o processo de aprendizagem, pois uma aula com apoio tecnológico é bem mais atrativa. Eles possuem muita dificuldade em aprender outra língua, mas sempre buscam tirar dúvidas, demonstrando interesse em adquirir conhecimento.

Alguns discentes nunca tiveram contato com outro idioma, então isso também contribui para o aumento da dificuldade na aprendizagem. No caso das aulas de inglês, usar músicas e séries, por exemplo, para ensinar ao aluno, além de prazeroso, mostra-se muito eficiente, mas como há muita dificuldade e, muitas vezes, impossibilidade de usar equipamentos que possam permitir este tipo de aula, acaba não sendo utilizado. Essa escassez de materiais e recursos apropriados representa um dos maiores desafios ao ensino da língua inglesa na unidade prisional. Este é, inclusive, um problema que já foi conversado com a gestão da escola, mas como é uma escola de porte pequeno, com poucos alunos e o recurso recebido é proporcional a este número, não é de fácil resolução.

Buscando superar essa dificuldade, optei por passar o conteúdo iniciando pela gramática e depois utilizar o recurso da oralidade, que demonstrou ser eficiente, melhorando a aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, suas notas. Deste modo, eles têm primeiro o contato com os verbos, com as palavras e vão se habituando à nova língua, e ao chegar na parte de oralidade estão mais acostumados. Essa foi uma estratégia que se mostrou muito eficiente, diante dos recursos que nos foram disponibilizados.

A principal dificuldade percebida em sala de aula, no ensino de língua inglesa, na unidade prisional de São João do Cariri, está na desmotivação dos alunos em estudar uma língua estrangeira. Isto porque, para eles, não é preciso aprender o inglês, até por isso sempre há o questionamento sobre a importância de se estudar o idioma, fazendo-se necessário mostrar aos educandos que saber outra língua é de fundamental importância para se estar à frente da concorrência no mercado de trabalho, nos dias de hoje.

As condições estruturais em que as aulas ocorrem, visto que, no caso da Cadeia Pública de São João do Cariri, não há uma sala de aula, atrapalham um pouco por questões de clima, temperatura e também pelo barulho, por ser um lugar aberto. As cadeiras também não são apropriadas para passar algumas horas estudando, tudo isso combinado com a desmotivação, por parte deles, já existente com relação a estudar, acaba aumentando ainda mais o desinteresse por aprender e culmina no fato de alguns deles serem infrequentes.

Apesar do receio em algumas situações, a experiência de estar em uma sala de aula com apenados é muito gratificante, pois quando se pensa em mudar realidades e em ressocialização, ver o desenvolvimento dos nossos discentes também é ver o nosso crescimento como profissionais da educação, contribuindo para que estes sujeitos sejam reinseridos na sociedade e que possam atuar como cidadãos mais capazes, com pensamento crítico e independentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a educação um dos direitos fundamentais à construção da dignidade humana, não pode esta deixar de ser oferecida ao cidadão brasileiro, mesmo ele estando cumprindo pena, podendo inclusive ser um instrumento de transformação na vida dos educandos, na medida em que proporciona o acesso ao conhecimento.

Considerando a importância da educação como instrumento de ressocialização de apenados, o objetivo geral desta pesquisa foi o de apresentar os desafios da docência de Língua Inglesa para pessoas privadas de liberdade, a partir de um relato de experiência na unidade prisional do município de São João do Cariri.

A experiência no ensino de língua inglesa nesta instituição possibilitou refletir sobre as condições em que as aulas ocorrem, sobretudo em meio às dificuldades enfrentadas pelos docentes neste tipo de ensino. A maior dificuldade de lecionar língua inglesa em prisões está no fato de os alunos não perceberem a importância de aprender uma outra língua, e assim, não se sentem motivados a estudar algo que eles julgam não ser tão importante.

Arelado a isto está a falta de condições estruturais para a ministração das aulas, pela ausência de um espaço apropriado, o que leva muitos discentes a se tornarem infrequentes, não comparecendo às aulas todos os dias. Um outro problema enfrentado está na escassez de materiais e na limitação de recursos para utilizar nas aulas, devido às restrições próprias do ambiente prisional, exigindo do professor uma maior adaptação das aulas.

Ainda assim, mesmo em meio a diferentes dificuldades e desafios para o exercício da docência de língua inglesa na unidade prisional de São João do Cariri, os resultados alcançados

junto aos educandos participantes das aulas mostram que a educação deve continuar a ser estimulada nesses ambientes, de modo que um número cada vez maior de apenados possa ter acesso a oportunidades de adquirir novos conhecimentos e possibilidades de reinserção na sociedade.

Esperamos que, a partir deste trabalho, outros estudos nessa área sejam desenvolvidos, investigando-se a realidade deste tipo de ensino em outras unidades de educação prisional. Ainda como sugestão para estudos futuros, recomendamos uma investigação que inclua, além da visão dos docentes, a perspectiva dos discentes acerca da importância e das dificuldades na educação em ambientes prisionais.

Outros estudos mais aprofundados podem fazer um mapeamento mais específico com relação ao ensino em geral, em todo o Estado, podendo ser utilizados na adoção de medidas de desenvolvimento da educação carcerária, para que muitos outros reeducandos possam ter acesso ao ensino superior e possam viver outras realidades ao cumprirem sua pena.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carla Coelho de; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; BRAGA, Alessandra de Almeida, JAKOB, André Codo, ARAÚJO, Tatiana Daré. **O desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais**. IPEA. Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td_2095.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

AQUINO; Eliane Maria de. Educação nas prisões paraibanas em perspectiva inclusiva: relatos de uma experiência exitosa (2011-2013). **Anais... I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_10_11_2014_20_32_39_idinscrito_4873_06043ae86aa47f46fdae3db0a0d80619.pdf Acesso em: 23 nov. 2021.

BATISTA, Rita de Cássia. **Libertas ad discendum: o ensino de língua inglesa para alunos encarcerados**. Lavras-MG. Universidade Federal de Lavras, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10548/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Libertas%20ad%20discendum-O%20ensino%20de%20L%C3%ADngua%20Inglesa%20para%20alunos%20encarcerados.pdf Acesso em 04 dez. 2021.

BERNADO, Klebson Felismino. **A importância da formação de professores na Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão em João Pessoa – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3509?locale=pt_BR Acesso em: 29 set. 2021.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Faltori. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2. Ed. rev. e atual. Curitiba: InterSaberes.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba**. Versão 2021. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. Disponível em chrome-extension://oemmnadbldboiebfnladdacbfmadadm/https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/arquivos/diretrizes-operacionais/diretrizes-operacionais-das-escolas-da-rede-estadual-de-educacao-da-paraiba_1.pdf. Acesso em 19 nov. 2021.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Plano estadual de educação em prisões 2020-2024 em fase de conclusão**. Governo da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/noticias/plano-estadual-de-educacao-em-prisoas-2020-2024-em-fase-de-conclusao>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGnKcrs5L/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 12 nov. 2021.

PORTAL G1 PARAÍBA. **Paraíba tem 734 presidiários inscritos para fazer o ENEM 2020**. G1 PB. 2020. Disponível em: g1.globo.com/pb/paraiba/la-vem-o-enem/2020/noticia/2020/12/22/paraiba-tem-764-presidiarios-inscritos-para-fazer-o-en Acesso em: 02 jun. 2021.

PORTAL G1 PARAÍBA. **Pelo menos 19 reeducandos da Paraíba são aprovados em cursos superiores através do SISU**. G1 PB, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/04/17/pelo-menos-19-reeducandos-da-paraiba-sao-aprovados-em-cursos-superiores-> Acesso em: 02 jun. 2021.

PORTAL G1 PARAÍBA. **Reeducandos da PB aprovados em curso superior têm primeira aula**. G1 PB, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/05/16/reeducandos-da-pb-aprovados-em-curso-superior-tem-primeira-aula.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SCOTT, J. Gêneros: Uma categoria útil de análises histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1985.

SILVA, Roseane Almeida da. **Caminhos da Filosofia**. Curitiba: Inter Saberes, 2017.

SILVA, Wigna de Bergman da. O processo de ensino-aprendizagem dos apenados no Complexo Penitenciário Agrícola Dr. Mário Negócio em Mossoró/RN. **Brazilian Journal of**

Development, 2021. Disponível em:
<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/27645/21868>. Acesso
em 04 dez. 2021.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. 3. Ed. Campinas:
Autores Associados, 2006.